

RELATÓRIO SEMANAL ABRACEEL

Semana III | 15 a 19 de julho de 2019.

CALL DO CONSELHO ATUALIZA ASSOCIADOS SOBRE AÇÕES DA ABRACEEL

Foi realizado call do Conselho em **18.07** com a presença do Conselho de Administração, Diretoria Executiva da Abraceel e empresas associadas. Os principais temas abordados na conferência telefônica da Abraceel foram:

Limites do PLD

Finalizada a primeira etapa da AP 22 da Aneel, que discute o aprimoramento da metodologia de definição dos limites do PLD. Reginaldo Medeiros fez um repasse da análise Abraceel das 33 contribuições enviadas pelos agentes e que está resumida em apresentação enviada ao GT da Abraceel:

- 42% defendem a alternativa 1 (manter a metodologia atual);
- 12% defendem a alternativa 2 (PLDmax_horário com gatilho para PLDmax_estrutural)
- 12% defendem a alternativa 3 (PLDmax_estrutural restringindo média diária do PLDmax_horário)

Explicou que o prazo para contribuição na segunda etapa finaliza dia **02.08**, quando os agentes farão suas considerações sobre a primeira fase da AP. O tema foi debatido em call do GT Abraceel do dia **17.07** e maiores detalhes estão relatados na matéria: **“GT discute nova rodada de contribuições sobre limites do PLD”**.

Preço Horário

Reginaldo Medeiros destacou que faltam 13 dias para a decisão da CPAMP sobre a entrada

em vigor, ou não, do preço horário em 2020. Informou que no dia **16.07**, houve reunião do ONS sobre o modelo PrevCargaDESSEM. A Abraceel foi representada Thymos, contratada pela associação para assessorá-la na implantação do preço horário. Um resumo da reunião sobre previsão de carga foi encaminhado aos associados no dia **17.07**.

Abordou-se também, na call, a edição recente da Portaria nº 282/2019 do MME contendo diretrizes para o funcionamento e o processo decisório da CPAMP. O tema está detalhado na matéria “Portaria do MME detalha forma de funcionamento da Cpamp”.

Novo Mercado de Gás

O consultor Bernardo Sicsú elencou os cinco pontos mais importantes sobre o novo mercado de gás. São eles:

- 1) Resolução CNPE 16, com diretrizes voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás;
- 2) Termo de compromisso assinado entre CADE e Petrobras;
- 3) Resolução 794 da ANP, que trata da publicidade de informações relativas à comercialização de gás natural e medidas de aumento da concorrência no setor;
- 4) Deliberação 3862 da Agência Reguladora do Rio de Janeiro (Agenera), com o novo marco

regulatório do mercado livre de gás no Rio de Janeiro;

5) Projeto do Poder Executivo com o Plano de Equilíbrio Fiscal (Plano Mansueto) enviado ao Congresso (PLP 149), que coloca a adoção de reformas no setor e a privatização de empresas de gás, como medidas possíveis de serem adotadas pelos estados para obtenção de empréstimos com garantia da União.

O Fórum do Gás divulgou nota de apoio ao Projeto do Novo Mercado do Gás, a qual também foi subscrita pela Abraceel.

Os quatro pilares da abertura do mercado de gás defendidos pela Abraceel, e incorporados ao novo mercado de gás, são:

- 1) Acesso não discriminatório às chamadas infraestruturas essenciais;
- 2) Desverticalização no transporte;
- 3) Descongestionamento contratual e a liberação ao mercado de capacidade remanescente nos dutos de transporte por modelo entrada e saída;
- 4) Política de incentivos para a abertura do mercado nos Estados;

Finalmente, Bernardo informou que haverá um evento, no dia **23.07**, no Palácio do Planalto, ocasião em que o Governo dará mais detalhes sobre o plano para barateamento do preço da molécula e competição no setor de gás.

Acesso às informações do ONS

Reginaldo informou que, após sucessivas inte-

rações da Abraceel com o ONS sobre possíveis restrições de acesso ao AcompH, o Operador informou que não haverá falta de isonomia entre agentes quanto ao acesso às informações do ONS. Assim, o operador reformulou o seu comunicado original, retirando a menção de que o AcompH seria restrito aos agentes de geração, para tornar claro que o tema será debatido em detalhes na próxima reunião do PMO, agendada para o dia **25.07**.

O ONS também informou que foi agendada reunião entre a Abraceel e o Operador dia **24.07**, às 14h30, na sede do ONS, no Rio de Janeiro, para apresentação do seu novo Portal de Relacionamento, o SINtegre, e discussão da divulgação de informações. A reunião é aberta aos associados. A Abraceel recomenda a presença das suas empresas, cuja participação é fundamental para a evolução da discussão. **Maiores detalhes na matéria “GT discute isonomia na divulgação das informações do ONS”**.

Segurança de mercado

Reginaldo detalhou que estão sendo tomadas medidas internas sobre o tema, como o contato com empresas de auditoria sobre o processo de certificação e a criação de portal no site da Abraceel para que os associados publiquem informações que garantam maior transparência nos seus negócios. Além disso, a Abraceel está em contato com empresas para solicitar propostas para elaboração de manual de boas práticas e estudo sobre a Clearing House. Ademais, em relação à proposta da CCEE enviada à Aneel, estamos aguardando a publicação da nota técnica da Aneel para Agendar reunião presencial do Grupo Técnico.

Estudo Thymos

Reginaldo relatou que a Thymos, escolhida pelo Conselho para realizar estudo sobre mercado de capacidade, finalizou uma primeira versão do estudo que será debatido com os associados. O Grupo Técnico da Abraceel fará reunião presencial no dia **30.07**, às 14h, no Auditório Igarassu, sede da Thymos Energia (Rua Surubim, nº 577 - Brooklin) em São Paulo, com o objetivo de debater o estudo. O documento será enviado a todos em breve.

Tramitação dos projetos de lei sobre GSF e reforma do setor

GSF: foi aprovado na Câmara o PL 10.985/2018, com uma emenda que dispõe sobre a alteração da receita advinda da comercialização do petróleo e gás natural. No Senado, foi identificado como PL 3975/2019, com requerimento de regime de urgência aprovado no dia **09.07**. Isso significa que o projeto deve ser apreciado diretamente em Plenário, sem passar pelas comissões, com previsão para a semana de 06 a 08 de agosto.

A Abraceel esteve com o líder do Governo no Senado, senador Fernando Bezerra, no dia **10.07**, que expôs a expectativa de votar o projeto do GSF naquele dia, rejeitando a emenda da Câmara. Agora a votação está prevista para a semana de 6 a 8 de agosto.

Na mesma ocasião, a Abraceel tratou com o líder do Governo no Senado sobre o PLS 232 de 2016, que está aguardando relatório na última comissão de mérito. Reforçamos a importância de manter o relatório aprovado nas duas primei-

ras comissões do Senado, tendo em vista que a redação acordada entre os agentes é o consenso possível no setor. A partir de uma articulação da Abraceel, o senador Marcos Rogério, relator do projeto na última comissão, da qual também ele é presidente, aprovou requerimento de audiência pública para discutir o tema com a participação da Abraceel. Será no dia 13.08 com a participação também do Instituto Acende Brasil, Apine, Abrace e Abradee. A primeira parte será dia **08.08** e a última no dia **22.08**.

Quanto ao PL 1917, há um requerimento para criação de comissão especial, mas ainda não foi deferido pelo Rodrigo Maia.

Planejamento Estratégico em Florianópolis

A reunião de planejamento estratégico da Abraceel acontecerá nos dias 31 outubro e 01 de novembro, no hotel Il Campanario, em Jurerê. O hotel deixou 60 quartos reservados para os associados da Abraceel até dia **31.07**. Basta entrar em contato com o hotel para efetuar a reserva.

A programação será de 8h às 18h no primeiro dia, com uma confraternização à noite entre os associados, e até 13h do segundo dia, finalizando a reunião. Conforme definido em reunião do Conselho, estamos buscando uma nova empresa para conduzir a dinâmica de planejamento.

Ao longo desse mês e no seguinte, a Diretoria Executiva está agendando reuniões com os associados para colher a visão da empresa acerca das atividades da Abraceel e quais as prioridades para os próximos anos.

EPE PROPÕE NOVOS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA DE SUPRIMENTO

AEPE realizou, em **17.07**, o workshop “Critérios de Garantia de Suprimento”, com o objetivo de apresentar e discutir com os agentes uma proposta de revisão dos atuais critérios de garantia de suprimento que serão submetidos a consulta pública, conforme estudo realizados pelo GT Modernização do Setor Elétrico, criado pela Portaria 187/2019 do MME. A Abraceel foi representada pelo diretor técnico Alexandre Lopes.

GT Modernização

No início do encontro, a EPE apresentou o encadeamento dos temas em discussão pelo GT Modernização e como os critérios de suprimento estão correlacionados com os demais temas do GT. Conforme apresentado, o GT Modernização estuda a reforma do setor elétrico com o objetivo de abertura do mercado, que foi definido como o sentido da reforma do setor.

Contudo, a abertura “justa e consciente” (sic) do mercado foi apresentada como a última etapa da reforma do setor, sendo precedida dos estudos para as alterações nos diversos temas da reforma do setor que foram elencados como prioritários pelo grupo de trabalho do MME, conforme apresentado na imagem anexa anexa no final da matéria.

Contexto dos novos critérios

É importante pontuar que o sinal econômico, capturado no planejamento da expansão com o uso do modelo de decisão de investimento, sinaliza a expansão de menor custo, dadas as

premissas adotadas. Entende-se que as restrições de segurança devem existir para “forçar” a expansão em situações que não são capturadas pelo preço (otimização econômica). Apenas nessas situações os critérios de garantia de suprimento serão ativos. . Atualmente, o critério de suprimento é estabelecido pela Resolução CNPE 09/2008 como a igualdade entre Custo Marginal de Operação (CMO) e o Custo Marginal de Expansão (CME), limitado ao risco de insuficiência da oferta de energia elétrica de 5%.

Conforme o relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento, a partir da análise do contexto do sistema brasileiro e da expectativa de evolução das principais características do sistema, os estudos concluíram que o setor elétrico brasileiro está deixando de ser puramente restrito em energia, passando também a ser restrito em capacidade de potência. Dessa forma, o documento aponta energia e potência como atributos necessários para o sistema, para os quais devem ser definidos critérios associados que permitam avaliá-los corretamente para direcionar a expansão, garantindo a adequabilidade da oferta e reduzindo o despacho fora da ordem de mérito pelo ONS.

Em relação à flexibilidade, o relatório destaca que, em um primeiro momento, o requisito pode ainda ser atendido como um subproduto da correta sinalização da necessidade quanto aos requisitos de energia e capacidade de potência. No entanto, reconhece que, à medida que haja avanços na representação dos mode-

los de otimização energética e na qualidade de dados que permitam aferir de forma precisa a escassez de flexibilidade para expansão do sistema, naturalmente os critérios devem evoluir para que sejam incorporadas novas métricas associadas a este atributo.

O relatório destaca, ainda, que as mudanças significativas no setor que estão previstas para os próximos anos, como a alteração na forma de contratação com a eventual separação de lastro e energia, têm elevado potencial de alterar estruturalmente o ambiente no qual a garantia física se enquadra e ensejariam a necessidade de avaliação e desenvolvimento de metodologias para cálculo dos requisitos do sistema para expansão e cálculo de lastro da oferta, seja de um gerador ou de um portfólio de projetos.

Durante o evento, foi mencionada a evolução do mercado livre e o recente estudo da Abra- ceel, que aponta que 34% da expansão atual do setor é destinada ao ACL. Nesse contexto, a EPE ressaltou a evolução da expansão via mercado livre em relação às fontes renováveis, porém pontuou que é preciso equacionar a expansão em relação às fontes termelétricas e avaliar a capacidade de atração de investimentos do ACL em momentos de forte crescimento econômico, com elevada necessidade de expansão.

Proposta para novos critérios de suprimento

O relatório do GT Modernização divide a proposta para os novos critérios de garantia de suprimento em duas categorias: (i) Critério de Segurança; e (ii) Critério Econômico.

Critério de Segurança: tem o objetivo de gerir o recurso capturando um sinal físico ao representar a operação de forma detalhada (ex: sequencia hidrológica muito desfavorável), indicando a necessidade de expansão adicional.

Conforme o relatório, do ponto de vista energético, a variável que melhor traduz a preocupação com relação à segurança de suprimento é a energia não suprida (ENS) ou déficit de energia. Dado que a função objetivo do modelo de planejamento da operação é minimizar o custo total, é possível encontrar soluções de mesmo custo, onde esses déficits podem ter se deslocado entre os meses. Isso posto, visando a robustez do critério, é recomendável que a aferição desses déficits se dê em base anual. De forma análoga, do ponto de vista de atendimento à demanda máxima de potência, o déficit de potência é a variável que sinaliza situações críticas das quais o sistema deveria se proteger. Para tanto, a informação sobre a probabilidade desses déficits - LOLP, bem como sobre suas profundidades (potência não suprida - PNS), são essenciais para que se tenha a sinalização correta do momento e do montante necessário de investimento adicional em recursos que agreguem capacidade ao sistema.

A qualidade dessa sinalização será tal qual se deseje em função do grau de detalhamento das variáveis, reconhecendo as limitações dos modelos computacionais e das ferramentas disponíveis, motivo pelo qual sugere-se que se use ao menos uma métrica com discretização mensal.

Critério Econômico: Atuar como uma espécie de seguro para o sistema. Portanto, pode levar a uma expansão maior (mais cara), porém de forma mais diluída, gerando assim “menor impacto financeiro no fluxo de caixa das empresas em cenários críticos, em especial nas exposições das distribuidoras”, conforme apresentado no evento. O documento propõe a implementação do CVaR do CMO mensal, o qual deve considerar os riscos de déficit e operação de tecnologias para atender os requisitos de potência (que podem apresentar custos variáveis mais elevados), assim como outros valores de custos marginal de operação “aceitáveis”, desde que por curta duração. Além disso, o CVaR de CMO deverá considerar se as tecnologias de alto custo variável, que deverão fazer parte do sistema para garantir a segurança operativa, irão operar com um fator de despacho compatível com aqueles estabelecidos nos estudos que sinalizaram a sua viabilidade para o sistema. Caso essas plantas operem com maior frequência do que aquela para a qual foram indicadas, o CVaR do CMO dará o sinal para o planejamento de que tecnologias mais eficientes são benéficas, e os órgãos responsáveis poderão tomar medidas em resposta a esse sinal de preço.

Implementação

Os estudos do GT Metodologias para definição dos critérios de garantia de suprimento foram divididos em duas etapas: avaliação das métricas de risco e definição dos parâmetros associados às métricas. As métricas, sendo coerentes, devem ser robustas à diferentes configurações, metodologias de otimização e parâmetros exógenos ao problema, além de independentes do

desenho de mercado. No entanto, os parâmetros das métricas (limites das restrições) podem variar com essas condições e características dos sistemas. Dessa forma, foi proposto o seguinte encaminhamento:

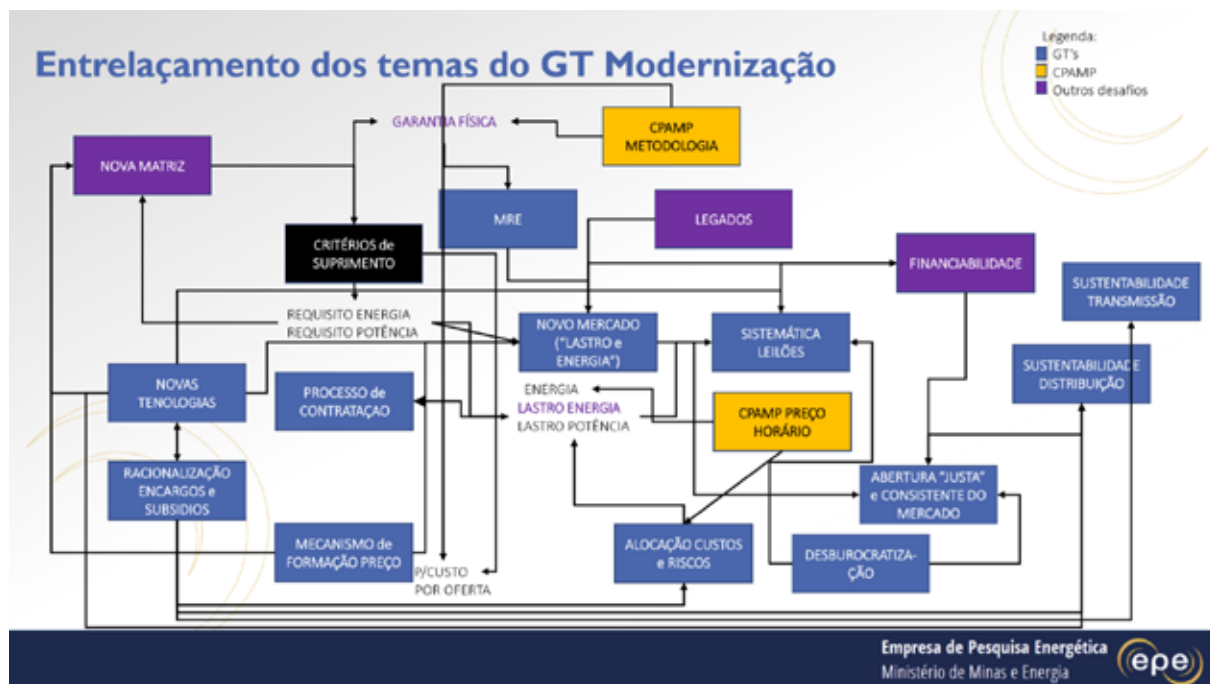
1. Revisão das Resoluções CNPE: Definição das métricas associadas ao critério de garantia de suprimento.
2. Publicação de Portaria MME (ou outro instrumento flexível a definir): Definição dos parâmetros associados às métricas, que devem ser revistos anualmente ou na ocorrência de fatos relevantes, p. ex. mudança de versão dos modelos de otimização. Avaliar se também devem ser definidos os modelos computacionais a serem utilizados.

O relatório destaca, ainda, que para que os novos critérios de suprimento exerçam seu papel, é necessário que eles façam parte dos processos de planejamento da expansão, tanto no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) quanto no cálculo de garantia física. Entretanto, o documento destaca que essa ação pode não ser simples ou rápida, seja por questões relacionadas a formulação do problema ou por outros avanços necessários para permitir a implementação de técnicas já conhecidas. Dessa forma, é necessário o desenvolvimento de metodologias exógenas, que mantenham o acoplamento entre os modelos que constituem cada processo e permitam o ajuste aos novos critérios de suprimento.

Por fim, vale reforçar que o critério de suprimento atua de forma direta na orientação da expansão do sistema, porém de forma indireta na formação de preços. Assim, os efeitos provocados pela adoção dos critérios de suprimento devem ser percebidos na operação e formação de preço somente quando o sistema planejado se tornar realidade, o que possivelmente irá contribuir para minimizar a necessidade de aplicação de medidas operativas adicionais pelo Operador.

A consulta pública está aberta para contribuições até o dia **09.08**, através do e-mail secexgab@mme.gov.br. Será agendado um call do Grupo Técnico da Abraceel para discutir a contribuição da associação. **O relatório do Grupo Temático Critérios de Garantia de Suprimento e as apresentações realizadas no workshop da EPE estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, seção documentos. O vídeo do evento pode ser acessado no YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=YUXYnC66Uhg>.**

ANEXOS:



	Critérios de Garantia de Suprimento	
	Segurança	Econômico
Energia	CVaR [ENS]	CVaR [CMO]
Potência	LOLP / CVaR [PNS]	-

RETA FINAL PARA DECISÃO SOBRE PREÇO HORÁRIO

Foram divulgadas as atas das reuniões da Cpamp realizadas em **10.06**, **17.06** e **03.07**, que trataram do preço horário, CVaR e outras mudanças nos modelos.

De acordo com a ata da última reunião, a decisão sobre a entrada do preço horário deverá ocorrer em reunião pré-agendada para o dia **29.07**. O MME deverá formalizar, em ato específico, o cronograma para implementação do modelo DESSEM considerando as contribuições que virão da CPAMP.

As atas também detalham aspectos importantes, muitos deles em linha com as contribuições apresentadas pela Abraceel, nas Consultas Públicas nº 71 e 74/MME. São elas:

- Indicação de que a representação sem rede é a mais adequada para o momento
- Sugestão de cálculo do PLD horário com base na média simples dos CMOs semi-horários
- Comprometimento do ONS na divulgação do método empírico de previsão de carga
- Apresentação sobre as diferenças entre o modelo PrevCargaDessem e o método heurístico utilizado pelo ONS
- Período de contabilização sombra com divulgação concomitante do PLD horário

- Comprometimento do ONS na disponibilização ampla e mais ágil dos dados (ex. SGI e FSARH)
- Operação sombra considerando demais aperfeiçoamentos aprovados para uso em 2020
- Necessidade de estabilização da versão do Dessem sem rede (deverá ser validada até **30.11**)
- Conclusão das questões regulatórias por parte da Aneel até novembro de 2019
- Indicação de que a parametrização (50,35) do CVaR, considerando os demais aprimoramentos propostos pelo GT-Metodologia, apresentam valores de trajetória do PLD muito próximos ao caso de referência.

Por fim, o documento também destaca que 30 das 31 contribuições recebidas na consulta pública foram favoráveis à adoção do preço horário, porém a maioria delas colocam condições para a sua adoção.

PrevCargaDESSEM

Foi realizado no dia 16.07 o Workshop sobre o PrevCargaDESSEM, para apresentação aos agentes sobre a evolução do modelo, em linha com o que foi tratado pela CPAMP nas últimas reuniões. A Abraceel foi representada por Lucas Soares da Thymos Energia. Até então, o processo sombra do DESSEM foi feito com a previsão de carga do ANNSTLF acrescida de eventuais heurísticas do operador. Porém, foi destacado como essencial para os agentes que o preço horário tivesse uma metodologia reprodutível, por isso o PrevCargaDESSEM se tornou um ponto chave nessa discussão.

De forma geral, os resultados sobre a utilização do modelo PrevCargaDessem ainda não foram conclusivos. Apesar dos avanços feitos pela equipe do ONS e do Cepel, o modelo em si ainda não consegue atender aos critérios de precisão exigidos pela Programação Diária de Operação (PDO). Durante a apresentação, o ONS foi enfático ao expor a importância da previsão de carga para a operação do sistema, afirmando que o foco é para a segurança do sistema, não para a formação de preço.

Por fim, foi informado que a deliberação da metodologia do modelo deve ser feita até julho, entretanto, a validação dos modelos pode ser até outubro de 2019. A apresentação resumo realizada pela Thymos está disponível na área restrita, seção documentos.

GT DISCUTE ISONOMIA NA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO ONS

Em 15.07, o Grupo Técnico da Abraceel realizou reunião telefônica para discutir a divulgação isonômica de informações do ONS, motivada principalmente pelo comunicado do Operador divulgado na semana passada sobre o Acompanhamento das Condições Hidroenergéticas (AcompH), que causou grande preocupação entre os associados.

Alexandre Lopes passou pelos fatos da semana passada, informando que o ONS retificou o comunicado que informava que o acesso ao relatório AcompH seria restrito aos agentes de geração. Em contato telefônico com a Abraceel, a Diretoria do ONS assegurou que haverá isonomia no acesso das informações do Operador e solicitou que a Abraceel elaborasse uma lista com outros possíveis documentos aos quais os comercializadores não têm acesso e que são necessários para ampliar a transparência no mercado.

Os associados levantaram alguns documentos que já foram mencionados na contribuição da Abraceel na Consulta Pública nº 71/MME do Preço Horário, são eles: (i) o Sistema de Gestão de Interação (SGI), (ii) o Formulário de Solicitação de Atualização de Restrição Hidráulica (FSARH), (iii) o Sistema de Apuração da Geração, Intercâmbio e Carga (SAGIC), (iv) além do próprio AcompH.

O GT também argumentou que, ao invés de pedir o acesso a esses relatórios especificamente, poderia ser reforçada a importância de que todas as informações fornecidas pelo Operador sejam isonômicas e

transparentes para todos os agentes, com exceção daquelas que tenham algum grau de sigilo, as quais deveriam ser justificadas pelo ONS.

Os associados também enviaram considerações sobre informações do ONS que têm lacunas e defasagem de tempo, tais como os lapsos na divulgação diária dos arquivos texto com remoção de viés da previsão de vazões no modelo SMAP. O ONS também divulga uma planilha de vazões diárias verificadas incompleta, contendo somente os postos fluviométricos da bacia do Rio Grande, faltando as vazões dos postos fluviométricos de todas as outras bacias.

Adicionalmente, as planilhas com a chuva verificada para os postos pluviométricos das bacias somente são divulgadas no período da tarde, quando a previsão de vazões diária já está consolidada, impedindo que cada agente elabore essa previsão com a antecedência necessária a previsão do PLD. Uma sugestão seria o ONS abrir essa informação para todos os agentes simultaneamente quando receber dos órgãos meteorológicos.

Foi relatado inclusive que o ONS não divulga entre segunda e quarta-feira os dados com a previsão da vazão diária feita pelos agentes de geração hidráulica, os quais apenas são publicados às quintas-feiras. O pleito é que esses valores sejam publicados diariamente, para que não haja surpresas na composição da média da semana verificada.

Alexandre lembrou que o ONS irá debater o tema em detalhes na próxima reunião do PMO, agendada para o dia **25.07**. Também informou que foi agendada reunião entre a Abraceel e o Operador para o dia **24.07**, às 14h30, na sede do ONS no Rio de Janeiro, para apresentação do seu novo Portal de Relacionamento, o SINtegre, e discussão da divulgação de informações. A reunião é aberta aos associados, cuja participação é fundamental para a evolução da discussão.

PORTARIA DO MME DETALHA FORMA DE FUNCIONAMENTO DA CPAMP

Em **17.07**, foi publicada a Portaria nº 282/2019 do MME, que trata do funcionamento da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp). A Portaria revoga a anterior, de nº 47/2008, trazendo maiores detalhes sobre a governança da Comissão. A seguir, os destaques da nova Portaria:

- Cpamp continua com a finalidade de “garantir coerência e integração das metodologias e programas computacionais” que serão utilizados no:

- i) planejamento da expansão;
- ii) planejamento e programação da operação;
- iii) comercialização de energia;
- iv) definição e cálculo da garantia física e energia assegurada dos empreendimentos de geração; e
- v) elaboração das diretrizes para a realização dos Leilões”.

Todos esses pontos já constavam na Portaria anterior.

- A composição da Cpamp também não foi alterada e continua sendo feita da seguinte forma:

- a) Secretária-Executiva do MME, que a coordenará;
- b) Secretário de Energia Elétrica do MME;
- c) Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME;
- d) Diretor-Geral da Aneel;

- e) Presidente da EPE;
- f) Diretor-Geral do ONS; e
- g) Presidente da CCEE

Uma novidade da Portaria nº 282/2019 é que, em caso de ausências ou impedimentos, cada membro terá como suplente o seu respectivo substituto eventual no cargo que ocupa. Vale lembrar que nas últimas reuniões da Cpamp, diversos desses órgãos eram representados por técnicos ou especialistas.

- A Cpamp continua podendo constituir Grupos de Trabalho para realização de estudos específicos estritamente vinculados aos objetos de trabalho da Comissão. A Portaria traz, no entanto, novas diretrizes para a formação desses GTs:

- i) deverão ser compostos por ato específico da Cpamp;
- ii) não poderão ter mais de cinco membros;
- ii) terão caráter temporário e duração não superior a um ano, salvo exceção devidamente fundamentada e aprovada por ato da Comissão que justifique a prorrogação do prazo de duração; e
- iv) estão limitados a três Grupos operando simultaneamente.

- Por óbvio, a Cpamp continua podendo convidar representantes de outros órgãos, entidades e associações do setor. No entanto, isso não tem sido uma prática desde a sua criação.

- Outra novidade da Portaria é o calendário de reuniões da Cpamp. Fica definido que a Comissão se reunirá em caráter ordinário a cada 3 meses e em caráter extraordinário sempre que necessário.

- A Portaria estabelece ainda que a Cpamp é um colegiado de duração indeterminada e que os trabalhos resultantes de suas atividades deverão ser encaminhados ao MME.

- Por fim, um detalhe inovador na nova Portaria traz dúvidas no mercado quanto ao poder da Cpamp em face das atribuições clássicas de uma Agência Reguladora como a Aneel. Trata-se do rito para aprovação de conteúdos pelos seus 7 membros.

A Portaria define que o quórum para aprovação será de metade mais dois dos seus membros, incluindo, necessariamente, o coordenador (Secretária-Executiva). Em caso de empate nas votações, o coordenador do Colegiado (Secretária-Executiva) terá o voto de qualidade. Em outras palavras, além do voto de minerva, nenhuma decisão pode ser tomada sem a presença da Secretária-Executiva do MME.

Por outro lado, chama atenção também o fato de termos o regulador (Aneel) votando com duas entidades reguladas (ONS e CCEE) por ele mesmo.

No final do ano passado, após a reunião de Planejamento Estratégico da Abraceel, na qual foi definida a Agenda de Defesa de Interesses, a associação propôs uma governança claramente definida para o setor, tendo em vista o excesso de órgãos setoriais, sobreposição de funções e conflitos de interesses entre eles, o que onera desnecessariamente o consumidor.

Na visão da Abraceel, a governança setorial deve ser tão simples quanto: o MME faz política, a Aneel faz regulação, a CCEE faz contabilização e liquidação e o ONS faz a operação. De imediato, é necessário eliminar instâncias como a CPAMP, que usurpou atribuições da Aneel e tumultuou o processo decisório que afeta os preços da energia.

- A íntegra da portaria está disponível foi enviada aos associados no dia **17.07**, está na área restrita do site e pode ser vista em: <https://bit.ly/2JAK8BY>.

BALANÇO DAS REUNIÕES COM PARLAMENTARES

Apresentar e defender as recomendações sobre a reforma do setor elétrico, em especial a proposta de abertura do mercado ao MME e Congresso Nacional é meta da Abraceel referente à bandeira que propõe a abertura definitiva do mercado livre.

Para cumprir a meta, a Abraceel realizou reuniões com 49 deputados e senadores ao longo do primeiro semestre, apresentando a Associação, bem como nossas propostas para o setor elétrico, com foco nos projetos de lei que propõem uma reforma no modelo setorial. Esse trabalho assumiu especial importância nesse ano, na medida em que houve ampla renovação no Congresso no início da Legislatura atual. Com muitos dos 49 parlamentares alvo, a Abraceel realizou mais de uma reunião, tais quais: deputado Igor Timo (PODE/MG), deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), deputado Fernando Coelho Filho (DEM/PE), deputado Danrlei de Deus (PSD/RS) e deputado Vavá Martins (PRB/PA).

Esses encontros são fundamentais para estabelecer uma relação de confiança do parlamentar com a Associação e suas bandeiras referentes ao mercado livre de energia e, quando há necessidade de atuação institucional no processo Legislativo, são esses parlamentares que se propõem a defendê-las. A aceitação da bandeira da liberdade de escolha do supridor – portabilidade da conta de luz – é muito relevante entre parlamentares jovens, de primeiro mandato e que estão engajados com novas ideias e posturas políticas.

Ademais, a partir desses encontros, os parlamentares levantam a discussão no Congresso, propondo projetos de lei, audiência pública ou até mesmo emendas em Medidas Provisórias.

Destacamos:

- Projeto de Lei sobre venda de excedentes para micro e minigeração distribuída, de autoria do deputado Nereu Crispim (PSL/RS) – PL 3830/2019;
- Audiência Pública sobre PLS 232/2016 a se realizar em agosto;
- Participação da Abraceel em audiência pública para discutir o mercado de gás natural;
- Emendas na MP 879 sobre venda de excedentes e participação dos comercializadores no Conselho do ONS;
- Requerimento para criação de comissão especial para discutir o PL 1917/2015;
- Evento com a presença de 15 parlamentares para discutir o mercado livre de energia;
- Apresentação do PL 3155/2019, de autoria do deputado Vavá Martins, com o objetivo de ampliar o mercado livre de energia;

A Abraceel continuará esse trabalho junto ao Legislativo, a fim de alcançar a aprovação da reforma no modelo setorial. No segundo semes-

tre, um segundo evento será realizado com os parlamentares para que a discussão em torno do setor elétrico priorize a liberdade de escolha de todos os consumidores e, conseqüentemente, um modelo setorial mais próximo à realidade dos países desenvolvidos.

Balanço das reuniões Abraceel com Parlamentares 1º/2019



Adolfo Viana
(PSDB/BA)



Alan Rick
(DEM/AC)



André Figueiredo
(PDT/CE)



Arnaldo Jardim
(PPS/SP)



Benes Leocádio
(PRB/RN)



Bia Kicis
(PSL/DF)



Carlos Chiodini
(MDB/SC)



Carlos Gaguim
(DEM/TO)



Cleber Verde
(PRB/MA)



Danrlei de Deus
(PSD/RS)



Dr. Frederico
(Patriota/MG)



Enrico Misasi
(PV/SP)



Fernando Coelho Filho
(DEM/PE)



Franco Cartafina
(PP/MG)



Hélio Lopes
(PSL/RJ)



Igor Timo
(PODE/MG)



Iracema Portella
(PP/PI)



Jaqueline Cassol
(PP/RO)



Kim Kataguiri
(DEM/SP)



Lucas Gonzalez
(NOVO/MG)



Lucas Redecker
(PSDB/RS)



Manuel Marcos
(PRB/AC)



Marcos Pereira
(PRB/SP)



Nereu Crispim
(PSL/RS)



Nicolleti
(PSL/RS)



Otaci Nascimento
(SD/RR)



Pedro Cunha Lima
(PSDB/PB)



Roberto Pessoa
(PSDB/CE)



Rodrigo de Castro
(PSDB/MG)



Schivinato
(PP/PR)



Sérgio Vidigal
(PDT/ES)



Silas Câmara
(PRB/AM)



Tiago Mitraud
(NOVO/MG)



Vavá Martins
(PRB/PA)



Alessandro Vieira
(CIDADANIA/SE)



Angelo Coronel
(PSD/BA)



Eduardo Braga
(MDB/AM)



Eduardo Gomes
(MDB/TO)



Esperidião Amin
(PP/SC)



Fernando Bezerra
(MDB/PE)



Irajá
(PSD-TO)



Jayme Campos
(DEM/MT)



Jean Paul Prates
(PT/RN)



Lasier Martins
(PODEMOS/RS)



Mailza Gomes
(PP/AC)



Marcos Rogério
(DEM/RO)



Petecão
(PSD/AC)



Telmário Mota
(PROS/RR)



Wellington Fagundes
(PR/MT)

DEPUTADOS

SENADORES

GT DISCUTE NOVA RODADA DE CONTRIBUIÇÕES SOBRE LIMITES DO PLD

O Grupo Técnico da Abraceel realizou reunião telefônica no dia **18.07** para discutir a 2ª etapa da AP nº 22, sobre a metodologia dos limites do PLD. A Abraceel preparou resumo com os argumentos levantados pelos agentes na 1ª etapa, que foi enviado por email ao Grupo Técnico e apresentado durante o call.

Sobre o teto do PLD, a maioria das contribuições sugeriu manter a metodologia atual, argumentando principalmente sobre a incerteza que a entrada do preço horário traz. A Abraceel irá expor em sua contribuição que independente da discussão do preço horário, rever os limites do PLD é muito relevante para as decisões dos agentes sobre produção e consumo racional de energia.

Os associados também questionaram se a Abraceel iria contribuir na AP da Aneel considerando a hipótese da CPAMP decidir-se pela não aplicação do preço horário em 2020. Nesse sentido, a contribuição da Abraceel na 1ª etapa foi a sugestão de um teto único no valor de R\$ 1.669,93/MWh, independente da entrada do preço horário, o que de certa forma, já abarca as duas possibilidades. O GT sugeriu que a Abraceel reforçasse seu pleito original.

Em seguida, os associados questionaram sobre a implementação do preço horário em 2020. Foi comentado que a postergação do prazo final das contribuições para **02.08** poder sinalizar justamente que a Aneel pretende tomar a de-

cisão sobre os limites do PLD já com a decisão da CPAMP. Os associados informaram que a FT-DESSEM programada para as próximas semanas foi postergada para a 2ª semana de agosto, o que corrobora a indicação de que a validação do modelo ficará para depois, em linha com o apresentado no Workshop do PrevCargaDESSEM.

Porém, os associados argumentaram que a Resolução CNPE 07 é explícita em relação à representação da demanda e sua curva de carga, o que conflitaria com a intenção de validar o modelo de carga após **31.07**, já que inclusive a aprovação estaria condicionada a realização de uma consulta pública.

Em continuidade sobre os limites do PLD, as contribuições ficaram divididas em relação às alternativas 2 e 3 do teto do PLD, ambas com 12% de apoio, assim como foi na pesquisa sobre o tema realizada entre os associados.

Já em relação ao piso, a maioria também sugeriu manter a metodologia atual, tal como no teto, argumentando a favor da estabilidade regulatória. O piso do PLD não foi um ponto que a contribuição da Abraceel entrou a fundo, justamente por considerar que não é o ponto central da discussão, e será reforçado o apoio a alternativa 2 proposta pela Aneel, qual seja o maior valor entre TEOitaipu e TEO demais usinas SIN.

Houve algumas críticas dos agentes em relação à metodologia de cálculo do PLDmax_estrutural, questionando que, como o valor obtido via

percentil 95 do Excedente do Produtor é muito próximo ao valor do maior CVU de térmica a gás natural contratada em CCEAR, essa deveria ser a metodologia adotada, por ser mais fácil, simples e reproduzível. A Abraceel irá reforçar na contribuição esses pontos, para que a mudança não signifique uma redução do teto em relação ao valor atual. Além disso, reforçará que a metodologia proposta pela Aneel para o PLD-max_estrutural carece de aprimoramentos e testes de robustez, em linha com a contribuição de diversos agentes.

Em relação ao gatilho, alguns agentes contribuíram para a ampliação do número de horas de ultrapassagem, porém o apoio foi maior em relação à proposta de que o acionamento seja com base na média móvel do PLD, já que essa métrica consegue avaliar a profundidade das ultrapassagens. Vários sugeriram também um mecanismo de amortecimento, para o gatilho possuir vários níveis de gradação para evitar uma queda radical e descontinuada.

Finalmente, alguns associados fizeram sugestões que, em razão do seu detalhamento técnico, serão avaliadas pelo Grupo Técnico. Uma diz respeito à uma nova alternativa de gatilho, já que a média móvel pode carregar uma memória ao longo do tempo que pode não ser adequada. Outra trata do caso de um gatilho ser acionado em um subsistema e não no outro. Sobre isso, Alexandre Lopes lembrou que a proposta da Aneel não deixou claro se o acionamento do gatilho seria para todo o SIN ou por submercado, mas que a preferência da Abraceel é de que seja para todo o SIN, de forma a pre-

servar por mais tempo a eficiência na sinalização econômica.

O Grupo Técnico da Abraceel irá elaborar minuta de contribuição para a 2ª etapa da AP 22 e irá circular o documento em breve entre os associados. A apresentação resumo com as contribuições dos agentes na 1ª etapa está disponível na área restrita.

Expansão da Oferta no Mercado Livre

Atualmente, o MLE está viabilizando a construção de **34%** de toda a expansão do parque gerador.



24% das usinas correspondem a projetos voltados 100% para o mercado livre

(projetos que estão sendo viabilizados de forma independente, sem nenhuma participação nos leilões de expansão do ACR)



Isso representa investimento de R\$22 bilhões

76% das expansões estão lastreadas nos leilões regulados. **Porém, a parcela livre desses leilões regulados representa 14% no total viabilizado nos certames ou 10% da expansão total**



Isso representa investimento de R\$11 bilhões

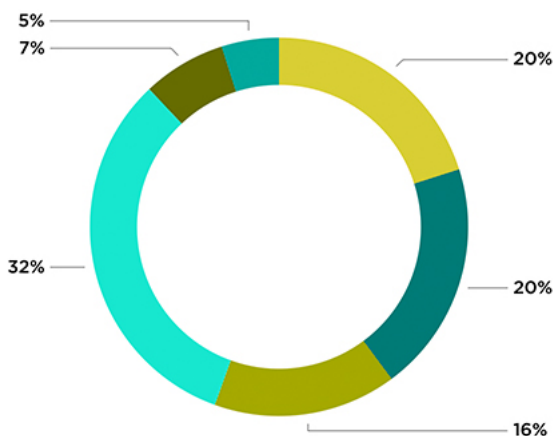
Portanto, somando a expansão 100% livre com a parcela do ACL nos leilões, o mercado livre está viabilizando a construção de **34%** das novas usinas (6,4GW), com a atração de investimentos da ordem de **R\$33 bilhões ao setor**



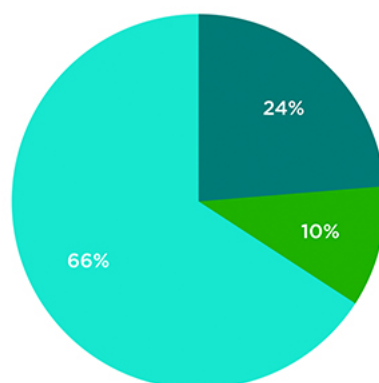
Essa crescente atração de investimentos pelo mercado livre é fundamental para permitir a abertura segura e sustentável do setor

TOTAL EM CONSTRUÇÃO: 18.766 MW

● Eólica ● UHE ● Solar ● UTE ● PCH/CGH ● Biomassa



● 100% ACL ● Parcela Livre Leilões ● Leilão ACR



Dentre os principais fatores para essa evolução estão:

- A melhoria nos sinais de preço no mercado livre
- A política de incentivos para fontes incentivadas
- As alternativas de financiamento em desenvolvimento no país.

Contudo, há pontos importantes de evolução que podem ampliar a atração dos investimento para o mercado livre, como:

- A contratação de capacidade (separação lastro e energia)
- A isonomia no acesso entre ACL/ACR
- A possibilidade de venda de excedentes de geração distribuída no mercado livre.



Curtas

AP nº 28/2018 - Isonomia, medição e leitura

Foi publicada a Nota Técnica da SRD de fechamento da AP nº 28/2018, que tratou de temas de medição e leitura, uma das metas definidas no Planejamento Estratégico da Abraceel. A Associação contribuiu a favor da equiparação das exigências de classe de exatidão para os sistemas de medição de todos os acessantes do Grupo A, independente do ambiente de comercialização, contribuição que foi aceita pela SRD. Trata-se de um pleito histórico da Abraceel e fundamental para o mercado livre. Também foi aceita a contribuição para assegurar a isonomia entre os acessantes no que tange à metodologia para compensação das perdas elétricas em transformadores de responsabilidade dos acessantes, explicitando a prerrogativa do consumidor, e não da distribuidora, na manutenção do sistema de medição no secundário do transformador. Em contrapartida, não foi aceita a contribuição de que o requisito de leitura seja o mesmo para todos os acessantes, independente do ambiente de comercialização. A SRD alega que não seria possível retroceder em relação à exigência dos consumidores livres e que a leitura remota, apesar de não ser obrigatória, já é realidade nos consumidores cativos do Grupo A, o que não afetaria o processo de migração. O processo está na relatoria do diretor Sandoval Feitosa e aguarda ser pautado para deliberação pela diretoria. **A nota técnica da SRD encontra-se disponível na área restrita.**

Associadas da Abraceel têm desconto no Enase

As empresas associadas à Abraceel possuem 10% de desconto na inscrição. Basta colocar "ABRA10" quando realizar a inscrição para receber o benefício. O Enase acontecerá nos dias 28 e 29 de agosto no Rio de Janeiro.

CCEE divulga Boletins de Segurança do Mercado

A CCEE criou o Boletim de Segurança do Mercado para ampliar a simetria de informações dos agentes, divulgando indicadores relevantes para avaliação das contrapartes e potenciais riscos associados às operações. O conteúdo está disponível no site da CCEE, na seção "O que fazemos". O boletim reúne as listas dos agentes inadimplentes no MVE, daqueles que não aportaram garantias financeiras, o histórico das empresas que tiveram ajustes de contratos nos últimos 12 meses, além das informações dos processos de



Curtas

desligamento por descumprimento de obrigação, de desligamento compulsório e voluntário. Os dados serão atualizados semanalmente, até o 3º dia útil após a reunião do CAAd, que acontece às quartas-feiras.

Mudanças na SRG/Aneel

Felipe Alves Calabria foi nomeado superintendente adjunto de Regulação dos Serviços de Geração da Aneel. Calabria substituiu Ricardo Takemitsu Simabuku, que no início do mês passou a exercer o cargo de assessor na Secretária-Executiva do MME. Calabria é especialista em regulação da Aneel e já integrava a equipe da SRG, tendo atuação de destaque em processos importantes para o mercado livre como a nova proposta dos limites do PLD, programa resposta da demanda e outros.

Novo representante Compass

Ritchie Guder é o novo representante da empresa Compass na Abraceel. Os contatos são: ritchie.guder@cpas.com.br e **(11)96193-0372**

GT Modernização do Setor Elétrico

O Ministério de Minas e Energia disponibilizou em seu site uma área reservada para as informações a respeito das atividades desenvolvidas pelo GT Modernização do Setor Elétrico. Nesta área estão disponíveis as últimas notícias dos trabalhos do GT, as apresentações realiza-

das em eventos a uma área de contribuições. Inclusive, nesta área está disponível o Relatório sobre Critério de Garantia de Suprimento, do subgrupo liderado pela EPE, que recebe contribuições até **09.08**. É possível acessá-lo em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/modernizacao-do-setor-eletrico/pesquisas-de-opiniao>

Angra 3 incluída no PPI

No dia **17.07**, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº9.915, que qualifica a Usina Nuclear de Angra 3 no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). O Programa funciona como uma ferramenta do governo para aprimorar parcerias com empresas privadas e será responsável pela conclusão da obra da usina, paralisada desde 2015. O decreto institui a criação de um Comitê Interministerial, coordenado pelo MME, que se reunirá em caráter ordinário a cada 15 dias e será responsável por apresentar o modelo jurídico e operacional de Angra 3. Por fim, caberá à Eletronuclear obter as aprovações societárias e de órgãos de controle, caso necessário, para a viabilização de Angra 3.

Reuniões Planejamento Estratégico

No dia **16.07**, Alexandre Lopes realizou reunião com Camila Schoti, representante da Eneva, para discutir o planejamento estratégico da Abraceel. Em seguida, se reuniu com Paulo Tarso, representante da Petrobrás, e Marcos Siqueira, representante da Edre, para tratar do mesmo assunto.



Curtas

Nova composição da Mesa da Energisa

A associada Energisa informa a nova composição da sua mesa trading (trading@energisa.com.br): Pedro Vidal (Gerente) - pedro.vidal@energisa.com.br (21) 2122-6932 / (21) 99395-3703; Ana Gabriela Lucif (Trader) anagabriela.iucif@energisa.com.br (21) 2122-6929 / (21)99461-7672; João Victor Villela (Trader) joao.villela@energisa.com.br (21) 2122-6996 / (21) 99398-3742; Felipe Lento (Estagiário) felipe.lento@energisa.com.br (21) 2122-9520 / (21) 99217-3529.

Reuniões Planejamento Estratégico

A Secretária-Executiva da Fazenda do Estado do Ceará, Liana Machado, informou que a Sefaz-CE ainda está elaborando a resposta ao pleito da Abraceel de não retroatividade do ICMS nas operações do mercado livre. A expectativa é de que o pleito será negado, no entanto, a Abraceel aguarda a resposta oficial para discutir com os associados a estratégia de atuação.

>> PRÓXIMA SEMANA

23.07 - terça-feira: Frederico Rodrigues participa como palestrante do FIEE Smart Future, às 14h, em São Paulo;

A diretoria da Aneel irá discutir: (4) Estabelecimento da Receita Anual de Geração- RAG das Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para o Ciclo 2019-2020 e; Recálculo dos valores de prêmio de repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica de que trata o § 6º do Art. 4º da Resolução Normativa nº 684/2015, para opções de repactuação feitas em 2019 com vigência a partir de 2020.

Alexandre Lopes se reúne com a Hydro para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, às 13h, no Rio de Janeiro;

24.07 - quarta-feira: Alexandre Lopes se reúne com a Enel para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, às 8h30, em Niterói;

Alexandre Lopes se reúne com a Light Com para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, às 11h, no Rio de Janeiro;

Alexandre Lopes participa de reunião com o ONS para apresentação da plataforma SINtegre aos associados, às 14h30, na sede do ONS, no Rio de Janeiro;

25.07 - quinta-feira: Reginaldo Medeiros e Yasmin Oliveira se reúnem com as empresas Matrix e Echoenergia, para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, em São Paulo; Reginaldo Medeiros participa do Fórum de Debates CCEE, às 14h, em São Paulo;

26.07 - sexta-feira: Reginaldo Medeiros e Yasmin Oliveira se reúnem com as empresas BTG Pactual, Minerva e Shell, para discutir o planejamento estratégico da Abraceel, em São Paulo;